

Lava Jato

# Corregedor afasta juíza substituta de Moro e desembargadores

**Ministro vê 'indícios de cometimento de graves infrações disciplinares' por parte de Gabriela Hardt na 13.ª Vara Criminal de Curitiba**

PEPITA ORTEGA

Às vésperas de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) analisar os achados da inspeção feita no berço da Lava Jato, o ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, afastou ontem das funções a juíza Gabriela Hardt – que atuou como substituta de Sérgio Moro na 13.ª Vara Criminal Federal de Curitiba – e três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, o juiz Danilo Pereira Júnior e os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores De Lima.

A juíza disse que não se manifestaria sobre o assunto. O TRF-4 informou que foi notificado e cumpriria a decisão do corregedor nacional de Justiça. Segundo a Corte, os magistrados não iriam comentar a determinação de Salomão.

No caso de Gabriela, Salomão falou em “atos anômalos” e hipóteses de peculato e prevaricação e apontou “a existência de indícios de cometimento de graves infrações discipli-

nares”, com a suposta violação do Código de Ética da Magistratura Nacional. A avaliação do ministro se refere à conduta da magistrada na “gestão caótica de valores provenientes de acordos de colaboração e de leniência” na Lava Jato.

A suspeita que mais pesa sobre Gabriela, no entendimento de Salomão, é a homologação de acordo cível entre Petróbras e força-tarefa da Lava Jato – a proposta de criação de uma fundação com dinheiro de multa de R\$ 2,5 bilhões paga pela petrolífera nos EUA. O acordo foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal.

**‘CASHBACK’.** “Constatou-se conjunto de atos anômalos (quem, em sua consciência, concordaria em destinar bilhões de reais de dinheiro público para uma fundação privada, de maneira sigilosa e sem nenhuma cautela?), sendo que tais ações culminariam na destinação do dinheiro para fins privados, o que só não ocorreu por força de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal”, disse o corregedor. Para Salomão, a “ideia de combate à corrupção foi transformada em cashback para interesses privados”.

Ainda de acordo com Salomão, “sem o efeito estar devidamente instruído, a magistrada homologou o acordo em questão, que destinava grande mon-

**Entidade de juízes federais reage e critica ‘medida monocrática’**

Juízes federais criticaram ontem a medida do ministro Luís Felipe Salomão. Eles classificaram como “inadequados” e “desarrazoados” os afastamentos da juíza Gabriela Hardt e de três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região.

Em nota, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) diz confiar que o plenário do Conselho Nacional de Justiça vai reverter o afastamento determinado pelo corregedor nacional de Justiça.

Segundo a entidade, para o alijamento de magistrados de suas funções são necessários “motivos de natureza

extremamente grave”, além de “contemporaneidade aos fatos, situações que não se verificam no caso em debate, já que os fatos imputados dizem respeito a matéria jurisdicional, cuja correção se dá através das instâncias recursais, e não por reprimenda correicional, sob pena de ofensa à independência do Poder Judiciário”.

A associação de juízes também criticou o fato de a medida ter sido determinada de forma monocrática por Salomão, às vésperas do julgamento dos casos no plenário do CNJ. E destacou que os alvos da punição “possuem conduta ilibada e décadas de bons serviços prestados à magistratura nacional, sem qualquer mácula nos seus currículos”. ● P.A.



**“Quem, em sua consciência, concordaria em destinar bilhões de reais de dinheiro público para uma fundação privada, de maneira sigilosa e sem nenhuma cautela?”**

**Luís Felipe Salomão**  
Corregedor nacional de Justiça

bém atinge Moro. Segundo o ministro, as condutas atribuídas ao hoje senador serão avaliadas diretamente no mérito, uma vez que ele não exerce mais a magistratura. A ordem do corregedor deve ser analisada hoje pelo plenário do CNJ.

**TRIBUNAL.** Sobre os integrantes do TRF-4 pesa a suspeita de “descumprimento reiterado” de decisões do STF, disse Salomão, incluindo “condutas que macularam a imagem do Poder Judiciário, comprometeram a segurança jurídica e a confiança na Justiça, contribuíram para estado de coisas que atua contra a institucionalidade do País e violaram princípios fundantes da República”.

O afastamento de Danilo Pereira Júnior, Thompson Flores e Flores De Lima se deu em reclamação ligada a procedimento administrativo disciplinar que declarou a suspeição do juiz Eduardo Appio, que atuou na 13.ª Vara Criminal Federal de Curitiba por breve período.

Em setembro, o ministro Dias Toffoli, do STF, anulou o processo que declarou a suspeição por avaliar que o entendimento do TRF-4 “não levou em conta as hipóteses previstas no Código de Processo Penal”. Na ocasião, o ministro determinou a remessa do caso ao CNJ, para apuração.

“Os magistrados que compunham a 8.ª Turma do TRF da 4.ª Região, ao decidirem pela suspeição de Eduardo Appio, impulsionaram processos que estavam suspensos por força de decisão do ministro Ricardo Lewandowski e utilizaram-se prova declarada inválida pelo Supremo Tribunal Federal”, ponderou o corregedor. ●

‘Abril Vermelho’

## MST invade áreas em nove Estados e no DF

O chamado “Abril Vermelho”, organizado pelo Movimento dos Sem Terra (MST), despertou reação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ele disse ontem à CNN que as invasões de terra no Estado não serão permitidas. A afirmação se deu após o MST realizar ações, desmobilizadas, nos municípios de Campinas e Agudos.

Já a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputada Caroline de Toni (PL-SC), colocou na pauta do colegiado projetos contra o MST. Os textos serão analisados hoje. Um dos projetos propõe que o dono de uma terra invadida possa pedir auxílio de força policial sem precisar de ordem judicial, bastando apenas apresentar a escritura do imóvel. O outro texto exige que movimentos sociais devam ter per-

sonalidade jurídica para regular o seu funcionamento.

A deputada declarou, em março, que colocaria em votação na CCJ projetos contra o MST caso houvesse invasão de terras. O “Abril Vermelho” se refere a uma parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária, que ocorre sempre neste mês, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. No episódio, 21 pessoas ligadas ao MST foram assassinadas pela Polícia Militar.

O MST disse ontem que invadiu áreas em Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, São Paulo, Goiás, Ceará, Rio e Distrito Federal. Entre as áreas invadidas estão algumas de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ce-

plac), ambas ligadas ao Ministério da Agricultura, e, portanto, do governo federal.

A ação do MST ocorreu no dia do lançamento, pelo governo federal, do Programa Terra para Gente, para acelerar o assentamento de famílias no País, anunciado pelo presiden-

Reação

**Tarcísio disse que não vai permitir invasões em São Paulo; Câmara pauta projetos contra o MST**

te Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, no Palácio do Planalto.

A maior ação ocorreu no Pará, onde cerca de 5 mil famílias invadiram uma fazenda no município de Paraupabas. No Distrito Federal, mil famílias

do MST invadiram uma área de 8 mil hectares da usina falda CBB, em Vila Boa de Goiás.

Em Campinas, 200 famílias invadiram uma área de 200 hectares que, segundo o movimento, está “improdutiva, tomada por pastagem degradada e há anos não cumpre sua função social”. Sob argumento de que as terras “servem apenas à especulação imobiliária”, o movimento justificou a invasão que “visa iniciar o florescimento da área e o plantio de alimentos saudáveis”.

**‘MOBILIZAÇÕES’.** Ontem, Teixeira disse que o Brasil passa por um momento de “grandes mobilizações”, ao ser questionado sobre as ações do MST. Ele deu a declaração no Planalto, depois do lançamento de medidas do governo voltadas à reforma agrária. “Temos que celebrar esse momento, que é

um momento que temos de grandes mobilizações, e enfrentar esse processo todo. Esse processo é para mostrar para a sociedade que queremos assentar famílias”, declarou.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) articulou para enfraquecer o MST no ano passado, após a retomada das invasões de propriedades rurais em grande número. Integrantes da bancada pretendem manter ações contra o MST. No dia 24, o grupo fará sessão em homenagem ao dia da Agricultura, na Câmara.

A previsão é de que haja um ato em defesa do agronegócio e contra as invasões. Isso tudo faz parte do que é chamado pelo movimento Invasão Zero de “Abril Amarelo”. ● JULIA CAMIN, LEVY TELES, ISADORA DUARTE E CAIO SPECHOTO

EXCEPCIONALMENTE HOJE A COLUMA DE ELIANE CANTANHEDE NÃO É PUBLICADA